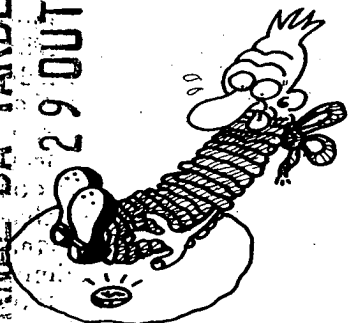


RISCO DE RECESSÃO



A defesa do último pacote econômico que o ministro Ciro Gomes fez ontem na TV não encerra a discussão sobre as medidas de restrição ao crédito e seu eventual caráter recessivo.

Os empresários passaram toda esta semana questionando a imposição do compulsório de 15% sobre os empréstimos bancários. Argumentam que a redução linear e não seletiva do crédito atinge a atividade produtiva e desestimula o aumento da oferta. Por esse raciocínio, o pacote anti-consumo leva à recessão.

O diretor do Núcleo de Economia Industrial e de Tecnologia da Unicamp, Luciano Coutinho, endossa essa argumentação e adverte: "o arrocho generalizado do crédito é um recurso recessivo, que só serve para o curtíssimo prazo."

Embora considere inadequadas as medidas adotadas, por entender que elas deveriam atingir apenas o crédito ao consumidor pessoa física e não o financiamento à produção, Coutinho reconhece que o freio na demanda faz sentido no momento. É consenso que a economia não está preparada para crescer no ritmo do "estígio" dado pelo consumo desde a criação do real. Com o atraso da oferta em relação à procura, os preços tendem a subir, primeiro de forma localizada e, depois, de modo generalizado. A partir daí, virão as pressões por reindexação.

Para ampliar a oferta, é preciso investir em produção e isso requer tempo e um horizonte de estabilidade. "Ninguém vai investir enquanto não houver uma perspectiva clara de crescimento sustentado e isso só

acontecerá depois de feitas as reformas estruturais na economia", observa Coutinho. Como o presidente eleito já perdeu as esperanças de mexer na Constituição neste fim de ano, o pacote anti-consumo serve para manter a situação sob controle até a virada do ano. "Daí em diante, se as medidas não forem afrouxadas, teremos recessão", diz Coutinho.

É precisamente esse risco que preocupa o economista Edward Amadeo, professor da PUC do Rio de Janeiro, que participou da elaboração do programa de governo de Lula. Segundo ele, as restrições ao crédito somadas à apreciação cambial provocarão uma "invasão cavalgar" de produtos importados a partir do primeiro trimestre de 1995, quando espera-se que os entraves burocráticos às importações já tenham sido eliminados. Isso é coerente com a lógica do Plano Real, mas, de acordo com Amadeo, é também uma ameaça à indústria nacional.

Ou, no mínimo, um desafio, como preferem outros economistas, a exemplo do presidente do Conselho Regional de Economia, José Roberto Cunha. Segundo ele, a indústria brasileira tem condições de encarar a competição internacional e afastar o fantasma da recessão, desde que sinta que o governo está jogando do seu lado e não no time inimigo. "A dureza das medidas tomadas na semana passada não deixa outra opção aos empresários senão a de sentar-se à mesa com o governo, para planejar uma política de estímulo à produção e oferta de bens de consumo nacionais."

O ex-secretário nacional da Fazenda, Geraldo Gardenalli, é da mesma opinião. Entende que o arrocho do crédito só dura até a posse do novo presidente e lembra que no programa tucano há um bom espaço dedicado para o estímulo à produção. "Com a virada do ano, a situação muda e não há porque esperar uma recessão."